

Preventório de Jacareí (1932-1952): ideais, cotidiano e sua documentação

Preventório Jacareí (1932-1952): ideals, everyday life and its documentation

Allan Douglas de Oliveira¹
Maria José Acedo del Olmo²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar os documentos provenientes do Preventório de Jacareí, instituição que atuou entre 1932 e 1952 recolhendo os filhos de portadores da hanseníase. Durante esses anos, milhares de internos sofreram a segregação social e a separação de pais e familiares. O ato de violência cometido pelo Estado deixou marcas nessas pessoas até hoje, a segregação embasada cientificamente, criou um novo grupo social, o de filhos dos leprosos que passaram a carregar o mesmo estigma dos pais.

Palavra-chave: Preventório, Lepra, profilaxia, criança, Jacareí

Abstract: *This article is aimed at analyzing the documents coming from the Preventório Jacareí, an institution that served between 1932 and 1952 collecting the children of leprosy patients. During these years, thousands of inmates suffered social segregation and separation from parents and family. The State's violence left traces in these people until today. Segregation scientifically based, created a new social group, the children of lepers who came to carry the same stigma of parents.*

Key words: *Preventorium, Leprosy, prophylaxis, child, Jacareí*

Considerações Iniciais

Esse texto teve origem em um trabalho de conclusão do curso de História realizado na Universidade do Vale do Paraíba, em São José dos Campos, no estado de São Paulo. O trabalho tratava de historiar a instituição do Preventório de Jacareí, situado na cidade de Jacareí a aproximadamente 80 km da capital do estado de São Paulo. O espaço em questão foi constituído com o intuito de recolher os

¹ Graduado em História Pela Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). Contato: allanoliveira@univap.net; Allan_olive@hotmail.com

² Professora e pesquisadora na Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). Graduada em História pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Contato: olmo@univap.br

menores, filhos de portadores da hanseníase, que permaneciam sãos, já que seus pais eram internados em hospitais-colônias. A pesquisa se deu a partir de uma série documental cuja guarda pertence ao Arquivo Público e Histórico de Jacareí (APHJ). Nesse acervo, pudemos encontrar desde as fichas cadastrais dos menores internos e seus prontuários médicos até as plantas arquitetônicas da instituição e os cadernos de registro de ponto, entre outros documentos. Especificamente para a elaboração deste artigo nos ativemos aos prontuários médicos procurando, a partir deles, compreender o cotidiano dessa instituição profilática.

No início do século XX, o Brasil, como um todo, enfrentava um terrível surto de lepra. O número de leprosos aumentava, e poucas ações voltadas para as políticas de saúde pública contra a endemia foram realizadas - até porque a saúde pública começava a dar seus primeiros passos com a República - e, no caso da lepra, a medida profilática utilizada era o isolamento.

Em São Paulo a preocupação com a doença e o medo do contágio fez com que o estado paulista organizasse uma campanha contra a endemia no início do século XX. Os médicos de São Paulo perceberam que o melhor a ser feito era uma reforma e um novo enfoque nas políticas sanitárias, já que a lepra era considerada uma questão de saúde pública. O progresso contra a doença seria possível a partir de medidas profiláticas, como os recenseamentos de doentes, isolamento domiciliar ou nosocomial, vigilância, exames periódicos, preservação e cuidado com a prole dos hansenianos, e educação sanitária (Maurano, 1950, p.114).

Podemos dividir esse período de campanha contra a hanseníase no Estado de São Paulo em duas fases: a primeira de 1900 a 1930, período responsável pela formação de uma profilaxia contra a lepra. Nesse período, autoridades sanitárias, médicos e cientistas, insistentemente chamavam a atenção do governo para o problema do mal de *Hansen*, que, diga-se de passagem, era uma dentre as várias doenças que grassavam entre a população. Neste momento encabeçado pelo governo federal o movimento sanitarista firma-se no país. A segunda fase compreende o período de 1930 em diante, quando movimento sanitarista, mais maduro, reorganizou, no Estado de São Paulo as ações contra a lepra com uma presença mais positiva do governo estadual. A segunda fase da campanha contra a endemia no estado paulista atuou embasada em um tripé profilático, constituído pelos asilos-colônias, dispensários e preventórios. Nesse sentido, nosso trabalho tem como objetivo refletir sobre uma das bases desse tripé profilático, os preventórios, e em especial o Preventório de Jacareí.

Em reportagem publicada no dia 14 de setembro de 2012, pela revista ISTO É, o artigo intitulado “Filhos do Preconceito” retrata a separação de centenas de crianças sadias de seus pais hansenianos. Sete décadas de política de segregação

e exclusão.³ Durante a pesquisa conhecemos o grupo MORHAN (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase), que luta para a indenização daqueles que de alguma forma foram atingindo pela doença.

Para que esses ex-internos possam requerer seus direitos frente à justiça, o corpus documental proveniente do tripé profilático é de grande importância não só legal, mas também histórico e pessoal; o que foi testemunhado diversas vezes pela emoção dos internos ao retornarem na busca por seus documentos e encontrarem as fichas de irmãos já falecidos, ou perdidos pelo mundo. Antes de serem encaminhados para o Arquivo Público e Histórico de Jacareí, os documentos sobre o Preventório de Jacareí estavam no Viveiro Municipal da cidade, e em péssimas condições. Quando levados para o APHJ, foram higienizados, catalogados e organizados. Cerca de 137 caixas documento constituem o acervo sobre o Preventório de Jacareí. Contudo, durante a catalogação percebemos que há algumas lacunas entre os documentos, pois são sete décadas de existência da instituição e segundo a memória social da cidade, alguns documentos foram queimados por funcionários.

Os documentos recuperados foram divididos em dois períodos: o primeiro referente à fase preventorial vai de 1932 a 1952; o segundo refere-se à fase educandário e compreende os anos de 1952 até meados da década de 1980. A partir da série documental encontrada sobre a fase preventorial, organizamos um banco de dados que nos permitiu extrair informações sobre o cotidiano dos internos e as políticas utilizadas dentro da instituição.

Entre ideais e ações

As primeiras ideias sobre os preventórios no Brasil surgiram durante o Primeiro Congresso Médico Paulista, em 1916, que discutiu, entre outras questões, os prós e os contras dos preventórios. Essas instituições tinham como objetivo recolher menores, filhos de portadores da hanseníase, mesmo que para isso se utilizassem da segregação e isolamento entre pais e filhos. À frente das discussões destaca-se o Dr. Souza Araújo defendendo a postura segregacionista entre pais hansenianos e seus filhos (Silva, 2009, p.73).

Em suma, todo indivíduo que fosse identificado como hanseniano, seria afastado da sociedade sadia e levado para as instituições asilares. No caso dos menores, filhos de portadores da hanseníase, seriam recolhidos e levados para os dispensários. Após exames e recebendo o diagnóstico de “saudáveis”, seguiam para os preventórios. Inicialmente, no Estado de São Paulo, existia por iniciativa privada desde o início da década de 1920, o asilo Santa Terezinha, obra dirigida por Dona Margarida Gal-

³ Isto é, 2012: Edição 2236.

vão, e que atuava como um preventório, isto é, recebendo os filhos dos hansenianos.

Contudo, o asilo Santa Terezinha não suportava mais o acolhimento de tantos menores, pois como resultado da campanha contra a lepra difundida pelo governo estadual, muitos casais doentes e que tinham filhos sãos, foram separados e enviados para os hospitais-colônias e seus filhos para os preventórios. O Preventório de Jacaré foi fundado em 07 de julho de 1932, na cidade de mesmo nome e instalado no antigo ginásio Nogueira da Gama, sendo que o Preventório de Jacaré era o único a ser exclusivamente mantido pelo Estado de São Paulo. Estava subordinado ao D.P.L. (Departamento de Profilaxia da Lepra) (Souza Campos, 1936, p. 278).

Será necessário lembrar que desde o final do século XIX as ideias a respeito da eugenia se faziam presentes no país, bem como a necessidade de forjar uma nação forte, assim, e de acordo com Monteiro (1998, p.05), “a doença passava a ser vista como uma ameaça à nacionalidade forte e a mortalidade infantil, figurava como serio obstáculo ao desenvolvimento da nação.”.

Na década de 1930, principalmente durante o governo Vargas, almejava-se mais do que nunca a construção dessa nação. De acordo com Fonseca (1993, p.98):

O que ocorre a partir de 1930 é uma mudança no caráter dado à política social, que vai sendo incorporada enquanto uma função do Estado, fortalecendo-se a ideia do Estado como principal agente implementador de políticas sociais. A criação do Ministério da Educação e Saúde, do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio e a elaboração e implementação da legislação social, são sempre lembrados como exemplos da concretização dessa política, marcada pelo fortalecimento do Estado mediante a centralização administrativa e o corporativismo. Estas transformações foram acompanhadas de um discurso político-ideológico que reforçava o projeto político do governo e justificava as propostas para a área de política social, sob a orientação de determinadas concepções que predominaram ao longo deste período, em particular durante o Estado Novo.

Desta forma, a criança passava a ter outro significado para o Estado, vistas como o futuro da nação, os preventórios teriam agora sua política e ações supervisionadas pelo Estado que acompanharia de perto o futuro do Brasil. Em relação ao Preventório de Jacaré, as influências do Estado sobre a instituição se faziam muito mais presentes, visto que o Preventório era exclusivamente mantido pelo governo, diferente do asilo Santa Terezinha, cuja instituição era mantida por entidades filantrópicas.

Como contrapartida, o combate à hanseníase durante o governo de Vargas ocorreu de forma sistemática, constituindo-se nesse momento uma rede de colônias ligadas a uma só estrutura (Morhan, 2011, p.07).

Como pondera Curi:

Das 40 instituições brasileiras de isolamento erigidas no século XX, 32 foram inauguradas na Era Vargas. Dos 36 preventórios brasileiros, trinta foram inaugurados no mesmo período. A Era Vargas responde por 80 % das instituições de isolamento e 83 % das instituições preventoriais. (Curi, 2010, p.258).

A questão sobre o aumento das instituições de isolamento durante o Estado Novo dá margem a muitas reflexões que, no momento, não são objeto deste artigo. Em 1935, o decreto 7.070 de 06 de abril, desligava a Inspeção da Lepra do Serviço Sanitário, passando a ser o Departamento de Profilaxia da Lepra, diretamente ligado à Secretaria da Educação e da Saúde Pública⁴. Esse decreto além de ampliar os poderes da direção do departamento em todo Estado de São Paulo repercutiu no cotidiano do Preventório de Jacareí, como veremos adiante.

Os preventórios resolviam dois problemas da sociedade naquele período. O primeiro era o destino das crianças cujos pais haviam sido internados pela doença e, o outro, era o medo de perder esses menores para a delinquência juvenil, que aumentava no Brasil.

Segundo Silva (2009, p.80), havia a necessidade de resguardar e garantir a saúde dos menores filhos de portadores da hanseníase, que eram estigmatizados pela doença de seus pais e evitar a condição de abandonado, que futuramente poderia interferir em sua vida social.

De forma geral existiam basicamente duas atitudes em países onde a hanseníase era endêmica, em relação à profilaxia infantil: 1) criar um espaço para o recolhimento dos menores; 2) oferecer condições de vida junto ao núcleo familiar. No Brasil prevaleceu a corrente segregacionista.

Como se acreditava que a doença era hereditária, os preventórios adquiriam um papel, justamente, preventivo frente à profilaxia da lepra (Monteiro, 1998, p.06-08). Segundo Santos *et. al* (2008, p.185), o que o Serviço Nacional da Lepra prezava era que “o afastamento das crianças do convívio com os pais, ou dos parentes portadores da doença, seria uma forma de assegurar o controle da doença em médio prazo”.

Em geral os preventórios do Brasil adotavam um mesmo procedimento. Contudo, entre o Santa Terezinha e o Preventório de Jacareí havia algumas diferenças que refletiam no cotidiano de seus internos. O procedimento adotado pelo estado paulista era o seguinte: após a internação dos seus responsáveis, portadores

⁴ O que explica porque mais tarde quando a hanseníase não requeria mais internação o Preventório de Jacareí passa a denominar-se Educandário recebendo os órfãos ou aqueles cujos pais haviam perdido a guarda.

de hanseníase, os menores eram encaminhados aos preventórios. A partir de um acordo feito entre ambas às instituições, o Preventório de Jacareí ficaria responsável por acolher as crianças do sexo masculino maiores de doze anos, deixando a cargo do Asilo Santa Terezinha a responsabilidade de receber os recém-nascidos, meninos até doze anos e crianças do sexo feminino. Cabe ressaltar que o Preventório de Jacareí ficaria responsável por recepcionar menores com alta condicional e egressas de asilos-colônia (Monteiro, 1998, p.13-14).

Quanto à idade de internação dos menores e de saída dos mesmos, é provável que não se respeitasse o limite de idade imposto pela legislação. Para se viver no Preventório de Jacareí o limite de idade era de 12 até 16 anos. No entanto, percebemos que não se seguia a risca esse regulamento. Na análise dos documentos encontramos internos com apenas alguns meses de idade e outros com 21 anos. O Preventório de Jacareí recebeu e continuou a receber até 1952, crianças de várias faixas etárias, não só meninos maiores de doze anos, como também recém-nascidos e mesmo meninas. Essa variedade de idades, principalmente a dos mais velhos, talvez se explique pelo fato de muitos terem perdido os pais e o contato com outros membros da família continuando na instituição até a maioridade. Veja abaixo o quadro 1 de idade dos menores internados:

Quadro 1 – Idade máxima e mínima dos menores internados no Preventório de Jacareí – 1932-1952.

ANO	IDADES
1932	05 a 10 anos
1933	02 a 18 anos
1934	01 a 16 anos
1935	01 mês a 17 anos
1936	01 mês a 19 anos
1937	01 a 28 anos
1938	04 meses a 16 anos
1939	02 a 16 anos
1940	01 a 20 anos
1941	01 a 24 anos
1942	06 meses a 17 anos
1943	06 meses a 15 anos
1944	11 meses a 17 anos

1945	02 a 15 anos
1946	06 meses a 21 anos
1947	03 a 14 anos
1948	01 mês a 17 anos
1949	11 meses a 17 anos
1950	02 meses a 16 anos
1951	05 meses a 19 anos
1952	03 meses a 17 anos

A análise feita a partir das informações contidas nos prontuários médicos e reunida em um banco de dados nos permitiu observar e projetar uma visão sobre o cotidiano desses menores. Vale lembrar que essa série documental, sobre o Preventório de Jacareí, não estava em uma ordem sequencial, ou seja, não havia uma ordem cronológica e nem uma ordem de matriculados naquela instituição. Além disso, alguns documentos não foram integrados ao acervo. Não obstante, procuramos organizar ao máximo todas as informações, minimizando as lacunas existentes.

A respeito do regimento interno estabelecido nos preventórios, o do Preventório de Jacareí era o mais rígido de acordo com Monteiro,

O fato dos Preventórios estarem subordinados do ponto de vista técnico ao Serviço de Leprosia, acabava por criar estreitos vínculos de dependência, uma vez que após o ingresso das crianças, o controle clínico-dermatológico era por ele realizado. No caso de Jacareí a vinculação era total, uma vez que o mesmo havia sido criado pelo Estado e era diretamente subordinado à direção do D.P.L. (1998, p.14).

O severo regimento seguido pelo Preventório de Jacareí de 1932 a 1945 refletia no cotidiano desses menores. A direção do D.P.L. nesse momento estava sob responsabilidade de Francisco Sales Gomes, e trazia consigo uma concepção política autoritária que correspondia aos anseios do Estado que buscava o controle da sociedade. Nesse sentido, os preventórios e asilos-colônia podem ser compreendidos como mecanismos de controle da população endêmica que visavam proteger a sociedade sadia, por um lado, e disciplinar os menores internados por outro.

Em suma os preventórios carregavam promessas de infância sadia, lazer e educação. Uma vida alegre, longe de doenças e sob olhar do Estado. Essa era a imagem que o Estado queria repassar para a sociedade sadia. O Preventório de Jacareí para muitos, na verdade para a maioria que passava ao longe, represen-

tava uma ação de fraternidade e solidariedade para com os menores. Em artigo publicado no ano de 1950 (Figura 1), no periódico “Jacareí em Revista”, percebemos o que o Preventório de Jacareí deveria representar para a população. O artigo apresentava os benefícios com os quais a obra profilática brindava aos internos, filhos de portadores da hanseníase. Uma estrutura que deveria ser seguida como exemplo de profilaxia e bem-estar social:

Figura 1 – Jacareí em Revista, 1950. Preventório de Jacareí.



Fonte: Acervo do Arquivo Público e Histórico de Jacareí.

Se, de acordo com Curi (2010, p.282), prevenir e preservar era o papel dos preventórios que trabalhavam em conjunto com os leprosários, outro ideal projetado para sociedade brasileira no período do Estado Novo era a educação. Sabemos que a criança simbolizava o futuro da nação, e segundo Parada (2011, p.358-359), o Estado Novo definiria os padrões de solidariedade coletiva, contribuindo para a construção da nação. Em vista disso, a alfabetização levaria ao surgimento da cidadania e do cidadão que se queria letrado. Os preventórios se inseriam como instituição necessária a esse constructo proporcionando a educação e saúde e o bem-estar ao menor internado.

Dois ideias eram essenciais para a formação política da criança, futuro cidadão pleno, e defendidas pelo governo de Getúlio Vargas: educação (incluída a educação física) e civismo. A prática esportiva, o ensino cívico e os trabalhos manuais eram obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias de acordo com a constituição de 1937. Esse modelo de ensino foi incorporado também pelo Preventório de Jacareí. O fato era que o exercício de atividades físicas – segundo médicos, pedagogos e higienistas – deveria estar relacionado com ideais mais elevados, como o desenvolvimento do tipo racial e a intensificação do civismo, entre outros. (Parada, 2011, p.351– 352)

Figura 2 – Práticas de educação física no Preventório de Jacareí, s/data.



Fonte: Acervo fotográfico do Arquivo Público de Jacareí.

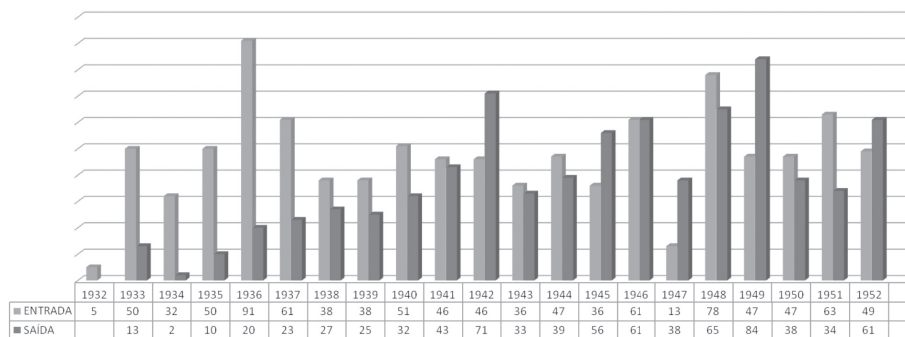
Dentro desse quadro, o Preventório de Jacareí visava oferecer proteção, educação e saúde para seus internos. Além disso, práticas de aprendizado profissionalizante eram integradas ao cotidiano dessas crianças. A preocupação com o futuro dos internos era uma questão em discussão, pois para muitos hasenólogos, como o Dr. Nelson Souza Campos, atribuía ao trabalho uma forma de disciplinar e preparar essas crianças para a vida fora dos preventórios (Monteiro, 1998, p.20).

O Preventório de Jacareí se constituía como uma obra completa. Contudo, cabe ressaltar que esses menores não possuíam a doença da lepra, mas eram estigmatizados pela doença que acometia a seus pais. Indagamos se realmente era necessária a internação desses menores sadios, já que não traziam risco algum à sociedade. No entanto, vale lembrar que o medo do contágio devia-se à ignorância, da população em geral, em relação à doença, ou seja, não se sabia ao certo as formas de contágio, de tratamento e se havia cura. Essa falta de informação sobre a lepra e os cuidados que realmente se deveriam ter, levava ao afastamento de familiares e amigos, deixando os menores sob responsabilidade do Estado.

A análise dos documentos do Preventório de Jacareí nos permitiu observar as oscilações da doença e seus focos a partir da origem de seus internos. Assim, entre 1932 e 1952 foram internadas crianças de todas as partes do Estado de São Paulo e até mesmo outros estados como Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Não obstante, de acordo com as fichas de internação, o maior número de internados na instituição durante esses anos eram provenientes da cidade de São Paulo.

Pelos registros de internação foi possível perceber que o maior número de internações ocorreu no ano de 1936 (Gráfico 1), um ano após a Inspeção da Lepra se tornar Departamento de Profilaxia da Lepra. Certamente, o vínculo entre o D.P.L e Preventório de Jacareí era estreito e talvez houvesse um incremento na localização de doentes e na internação dos menores no Estado de São Paulo, naquele momento.

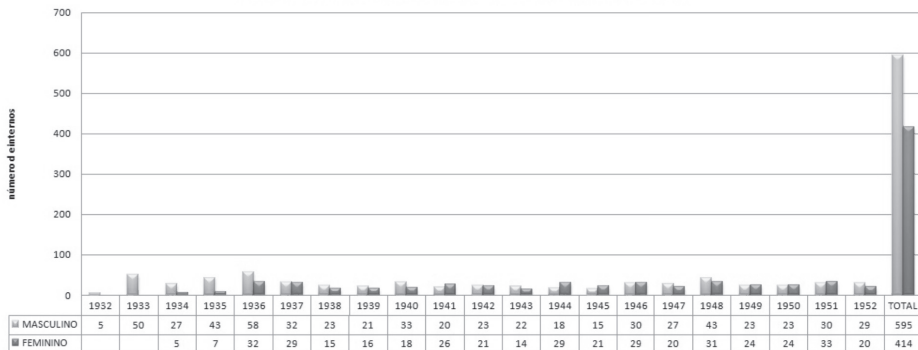
Gráfico 1 – Registro de Internação do Preventório de Jacareí de 1932-1952.



Nos prontuários médicos encontramos uma grande movimentação de saída no ano de 1949. A maioria desses internos passou a residir com familiares e/ou conseguiram empregos em outras localidades do estado. Cabe ressaltar que durante a década de 1940, o Brasil começou a utilizar a sulfona no tratamento contra a hanseníase. Em 1948 acontece na cidade de Havana, em Cuba, o 5º Congresso Internacional da Lepra, com o propósito de discutir sobre as internações, altas de pacientes e tratamentos em dispensários, já que os resultados com a sulfona no tratamento de hansenianos eram promissores (Opromolla e Laurenti, 2011, p.199).

Em relação às crianças internadas no Preventório de Jacaréi, criamos (Gráfico 2) um índice o qual acompanha as internações ocorridas em função do sexo. Ao analisá-lo, percebemos que há um maior número de internados do sexo masculino, assim, de um total de 1.009 internos que aparecem nos documentos analisados e que passaram por Jacaréi entre 1932 e 1952, 595 eram meninos. As meninas só aparecem a partir de 1934, somando 414 internas.

Gráfico 2 – Índice de Internação do Preventório por gênero e ano.



Outro dado relevante encontrado nos documentos é uma categoria intitulada “cor” nas fichas cadastrais (gráficos 3 e 4). Em vista disso, levantamos o percentual dividido entre brancos, pardos e negros, segundo a nomenclatura do próprio documento:

Gráfico 3 – Porcentagem de internos brancos, negros e pardos do Preventório de Jacareí, segundo gênero.

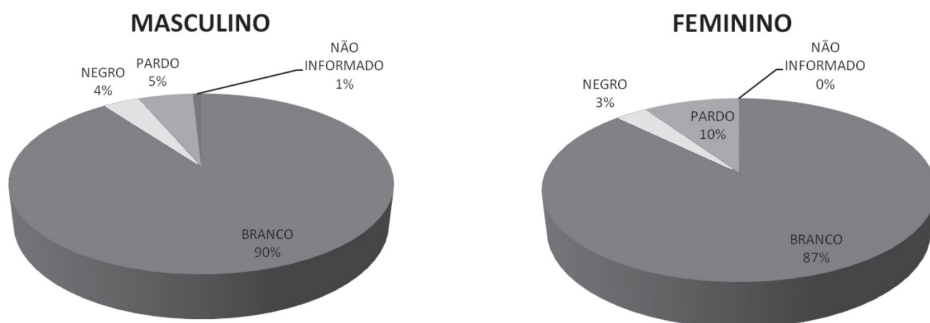
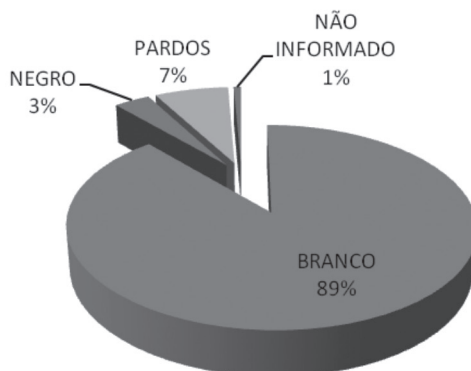


Gráfico 4 – Porcentagem total de internos pela categoria “raça”.

TOTAL DE BRANCOS, NEGROS E PARDOS



A porcentagem de indivíduos categorizados como brancos é bastante alta. A partir da bibliografia, e como uma primeira aproximação, podemos entender o fato como ligado ao forte processo migratório que o país vinha desenvolvendo desde o final do século XIX e, principalmente, durante os vinte primeiros anos do século XX. Contudo, não pode ser desconsiderada a migração interna e as condições de salubridade da população em geral.

Considerações Finais

O Preventório de Jacareí era um entre tantos pelo Brasil, e sua função não era apenas de acolher os menores filhos de portadores da hanseníase. As ações profiláticas e regras impostas pela disciplina institucional reforçavam o estigma popular contra a hanseníase. Sem dúvida, a obra profilática ajudou no resgate dessas crian-

ças que, caso contrário, ficariam desprotegidas, já que seus pais haviam sido confinados em asilos-colônias e o resto de seus familiares temia o contágio da doença.

Não obstante, o Preventório de Jacareí contribuiu para a formação de um outro grupo social, o de filhos de leprosos. A integração social que parte dos médicos e hansenólogos afirmavam visar por meio dos preventórios, é relativa, pois ao mesmo tempo em que centenas de crianças vivenciavam uma interação entre sadios e doentes, a discriminação por parte da sociedade sadia permanecia. Para os intelectuais, a internação dessas crianças nos preventórios era tida como a forma menos prejudicial ao coletivo da sociedade.

Havia uma ideologia por detrás das políticas públicas instauradas nos preventórios. Visto por essa perspectiva, os governos autoritários ou totalitários, avisavam nos menores, moldados por sua ideologia, o futuro do país. Embasado nesse discurso, e propagado pelos intelectuais da época, legitimava-se frente à sociedade sadia a segregação desse grupo de menores, vítimas de um “crime” que nem seus pais puderam escolher. Cabia ao Estado se responsabilizar pelo futuro desses internos e, principalmente, manter o controle sobre os mesmos até que houvesse a certeza que não representavam qualquer perigo à sociedade. Nesse sentido, o Preventório de Jacareí era mais rígido que o preventório Asilo Santa Terezinha em São Paulo, por subordinar-se diretamente ao Estado.

Atualmente estima-se em mais de vinte e cinco mil o número de pessoas que sofreram a segregação compulsória e em cerca de oitenta mil os que sofreram alienação parental. Esses números foram levantados por meio do grupo de Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase, o MORHAN. No dia 22 de maio de 2007 foi criada a medida provisória nº 373 garantindo “concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase e que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios” durante o século XX, transformada em lei nº 11.520, no dia 18 de setembro de 2007.

Portanto, todos os acometidos pela lepra, fossem eles doentes ou sadios, filhos ou pais, e que sofreram os abusos das políticas profiláticas empregadas pelo Estado tiveram pelo menos reconhecidos os abusos contra eles cometidos.

Referências

- Brasil. Lei nº 11.520/2007, de 18 de setembro de 2007, Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios. Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11520.htm
- Curi LM. Excluir, isolar e conviver: um estudo sobre a lepra e a hanseníase no Brasil. [Tese de Doutorado]. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

- Fonseca CMO. A Saúde da Criança na Política Social do Primeiro Governo Vargas. *Physis. Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 1993, v(3) n(2): 97-116.
- Monteiro YN. “Violência e Profilaxia: os preventórios paulistas para filhos de portadores de hanseníase”. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, 1998, v(7) n(1): 03-26.
- Maurano F. Tratado de leprologia. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Lepra, 1950. V. 1 – História da lepra no Brasil e sua distribuição geográfica.
- Morhan. Dossiê: a história dos filhos órfãos de pais vivos no Brasil. [internet]. [Acesso em 12/11/2012] Disponível em: <http://www.morhan.org.br>
- Opromolla PA, Laurenti R. Controle da hanseníase no Estado de São Paulo: Análise Histórica. *Rev Saúde Pública*, 2011, v(45) n(1): 195-203.
- Parada MBA. Corpos infantil e nacional: políticas públicas para a criança durante o Estado Novo. In: Del Priore M, Amantino M. (Org.). *História do Corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011: 351-370.
- Rocha P. Filhos do preconceito. Isto É [internet]. 2012 Set 14 [Acesso em 2013 Dez 05]; Edição: 2236; Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/237935_OS+FILHOS+DO+PRECONCEITO |
- Santos LAC, Faria L, Menezes RF. Contrapontos da história da hanseníase no Brasil: cenários de estigma e confinamento. *Rev. bras. estud. popul.*, São Paulo, June 2008 v(25) n(1): 167-190
- Silva CCS. Crianças indesejadas: Estigma e exclusão dos filhos de portadores de hanseníase internados no Preventório Santa Terezinha – 1930 -1967. [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.
- Souza Campos, Nelson. Epidemiologia da lepra na infância: Preventorio Jacarehy - D. P. L. *Rev Bras Leprol; Rev Bras Leprol*; 1936, v(4) número especial: 277-286.

Fontes Primárias

- Coleção de Fotografias “Preventório de Jacarehy”. Acervo: Arquivo Público e Histórico de Jacaréí.
- Ficha de Internação “Preventório de Jacarehy” – 1932-1952/ Caixas de 001 a 137. Acervo: Arquivo Público e Histórico de Jacaréí.

Data de Recebimento: 08/02/2013
Data de aprovação: 22/11/2013
Conflito de Interesse: Nenhum declarado
Fonte de Fomento: Nenhum declarado